

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.560.169 - SP (2019/0232961-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : MARIA IZABEL GALVAO GOMES PEREIRA  
**AGRAVANTE** : JEAN - JACQUES SCHALLER  
**ADVOGADOS** : ALDE DA COSTA SANTOS JÚNIOR - DF007447  
ANTÔNIO MIGUEL AITH NETO - SP088619  
**ADVOGADOS** : MARIA ZULEIKA DE OLIVEIRA ROCHA - DF010407  
FERNANDO DE OLIVEIRA CAMARGO - SP144638  
JOÃO PAULO MORAES ALMEIDA - DF026324  
**AGRAVANTE** : SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL -  
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO -  
SENAC/SP  
**ADVOGADOS** : ROBERTO MOREIRA DA SILVA LIMA - SP019993  
FABIANO ESTEVES DE BARROS PAVEZI - SP169912  
LUÍS FELIPE DE FREITAS BRAGA PELLON - SP153710  
**AGRAVADO** : OS MESMOS  
**AGRAVADO** : SEGUROS SURA S/A  
**OUTRO NOME** : ROYAL & SUNALLIANCE SEGURO (BRASIL ) S/A  
**ADVOGADOS** : SÉRGIO RUY BARROSO DE MELLO E OUTRO(S) - SP153707  
CRISTIANE MACHADO DE MACÊDO - SP344652A

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que não admitiu recurso especial interposto por MARIA IZABEL GALVAO GOMES PEREIRA e JEAN - JACQUES SCHALLER, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado:

*Ação de indenização por danos morais e materiais. Falecimento da filha dos autores, enquanto brincava, sob monitoramento dos prepostos do requerido, em parque infantil disponibilizado no interior de Hotel pertencente ao requerido. Queda da viga de sustentação do balanço em que a filha dos autores se encontrava. Relação de consumo. Fato do serviço. Responsabilidade objetiva do réu. Ausência de culpa exclusiva terceiro. Laudo pericial que instruiu inquérito policial que concluiu que a causa da queda da viga de sustentação do balanço foi a ausência de manutenção do brinquedo. Eventual erro de projeção do balanço que não exclui a responsabilidade da requerida em relação aos consumidores. Fortuito interno que se insere no risco da atividade prestada pelo réu. Danos materiais que restaram comprovados e comportam reparação. Danos morais in re ipsa. Necessidade de readequação do valor arbitrado a título de indenização, observada a jurisprudência predominante no E. Superior Tribunal de Justiça.*

*Redução da indenização para o montante de 500 salários mínimos em favor do grupo familiar. Impossibilidade de conversão da indenização por danos morais em condenação do réu ao custeio de projeto social desenvolvido pelos autores. Valor que deverá observar o salário-mínimo vigente à época em que fixados os danos morais, acrescidos de juros de mora a contar da data do evento danoso, e de correção monetária a contar do arbitramento. Sucumbência recíproca. Lide secundária. Possibilidade de dedução do valor da franquia dos valores segurados. Desconto oponível somente em relação à denunciante, não podendo ser oposto em relação às vítimas do acidente. Sentença de parcial procedência. Reforma parcial. Recursos dos autores e dos requeridos providos em parte. Dá-se parcial provimento aos recursos (fl. 1075).*

Opostos embargos de declaração, foram acolhidos, sem efeitos modificativos.

No recurso especial, os recorrentes apontam ofensa aos arts. 86 e 489, § 1º, IV, do CPC e divergência jurisprudencial. Além de apontar omissão no acórdão recorrido, pleiteiam a majoração do valor da indenização por danos morais e a imputação integral dos ônus da sucumbência à parte recorrida.

Contrarrazões às fls. 1331/1338 e 1340/1352.

Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais proposta por MARIA IZABEL GALVÃO GOMES PEREIRA e JEAN-JACQUES SCHALLER contra SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC, em razão do "falecimento da filha dos autores, enquanto brincava, sob monitoramento dos prepostos do requerido, em parque infantil disponibilizado no interior de Hotel pertencente ao requerido" (fl. 1075).

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, "para o fim de fixar a indenização por **danos materiais em R\$ 73.545,84** e para fixar a indenização por **danos morais em 500 salários mínimos para cada um dos autores**, considerando recíproca a sucumbência. Ademais, julgou procedente a denunciação da lide, para o fim de condenar a denunciada a ressarcir os prejuízos do denunciante com relação à indenização, nos limites da apólice, deixando de condenar a denunciada ao pagamento da sucumbência" (fl. 1082).

O acórdão recorrido deu "parcial provimento ao recurso dos autores, para o fim de determinar que os **juros de mora incidam a contar do evento danoso**", e "parcial provimento aos recursos da ré e da denunciada, para o fim de **reduzir a indenização por danos morais para 500 salários mínimos [250 para cada autor, fl. 1093], vigentes à data da sentença, acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação, e de correção monetária desde a data de sua fixação; determinou**

"a partilha da sucumbência em relação ao pedido principal, considerando a sucumbência parcial dos autores, ficando os honorários advocatícios arbitrados em 10% do valor da condenação, observados os termos do artigo 85, §2º e §8º do Código de Processo Civil, mantida a sucumbência da lide secundária nos termos consignados pela r. sentença apelada" (fl. 1098). Opostos embargos de declaração, foram acolhidos em parte, de modo a constar a incidência de juros de mora de 1% ao mês, **a contar do evento danoso** (fl. 1275).

Os recorrentes apontam *omissão na fundamentação* do acórdão recorrido, argumentando que o tribunal *a quo* não se pronunciou "sobre a função propedêutica da indenização por danos morais, considerando-se, em especial, a redução do seu valor no caso concreto, tampouco se manifestou sobre o dissídio jurisprudencial referente à limitação do valor da indenização em função do grupo familiar" (fls. 1245/1246).

Não prospera a alegação, tendo em vista que o tribunal de origem adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

Confira-se trecho do acórdão recorrido:

*No caso em tela, os danos morais foram verificados em relação aos pais da menor e devem ser indenizados observando-se a extensão e a duração do dano causado aos requerentes, assim como grau de culpa e a reprovabilidade da conduta da ré, observadas as condições financeiras do ofensor e do ofendido.*

*Verifica-se que o MM. Juiz a quo arbitrou a indenização por danos morais em 500 salários mínimos à genitora da menor e ao mesmo valor em favor do genitor da criança.*

*Não obstante, tem sido observado pelo E. Superior Tribunal de Justiça o patamar de 500 salários mínimos para o grupo familiar nos casos em que se verifica o falecimento de pessoa da família. Com efeito, embora não se admita a tarifação da indenização por danos morais, o E. Superior Tribunal de Justiça entende que é legítimo o estabelecimento de limites para a indenização, cumprindo consignar que há inúmeros julgados daquela Corte entendendo que o valor máximo, em regra, dos danos morais devidos em favor da família da vítima é de 500 salários mínimos, destinados à reparação do grupo familiar (fl. 1090).*

*Nessa esteira, os danos morais arbitrados comportam reforma parcial, a fim de que sejam arbitrados em 250 salários mínimos para cada autor, totalizando a quantia de 500 salários mínimos para ambos os genitores, em observância ao entendimento predominante na jurisprudência do E. Superior Tribunal de Justiça (fl. 1093).*

Com efeito, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o magistrado não está obrigado a se pronunciar sobre todos os pontos abordados pelas partes, mormente quando já tiver decidido a controvérsia sob outros fundamentos (EDcl no REsp 202.056/SP, 3ª Turma, Rel. Min. CASTRO FILHO, DJ de 21.10.2001), sendo indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte.

Prosseguindo, a parte recorrente sustenta ser cabível a revisão da indenização por danos morais. Aduz que o tribunal de estadual reduziu o valor fixado na sentença em dissonância com os parâmetros desta Corte.

Busca a reforma do acórdão recorrido, alegando "*dissídio jurisprudencial relativo à delimitação de seu valor ao núcleo familiar*" (fl. 1248). Sustenta que, para o aresto impugnado, "*o núcleo familiar é fator de delimitação do valor da indenização por danos morais*", enquanto que, para o paradigma colacionado (REsp 1.497.749/SP), "*o núcleo familiar serve não como um elemento delimitador do valor da indenização, mas de identificação dos membros da família vitimados pelos danos morais, a serem individualmente considerados no dimensionamento do sofrimento e da indenização*" (fl. 1251);

A parte recorrente, todavia, não indicou o dispositivo de lei federal objeto da alegada divergência pretoriana, o que caracteriza deficiência na fundamentação no recurso especial, atraindo a incidência, por analogia, da Súmula 284/STF.

Para a caracterização do dissídio jurisprudencial, deve o recorrente mencionar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, bem como indicar a lei federal a que foi atribuída interpretação divergente, sob pena de não serem atendidos os requisitos previstos no art. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e art. 255, § 2º, do RISTJ.

Com efeito, conforme orientação firmada nesta eg. Corte Superior, carece da necessária fundamentação o recurso especial fundado em dissídio jurisprudencial quando não há menção ao dispositivo sobre o qual haveria divergência jurisprudencial.

Confiram-se, a propósito:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. CONCURSO PÚBLICO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. NÃO OCORRÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DISPOSITIVO LEGAL. INDICAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA 284/STF. AGRAVO NÃO PROVIDO. [...] 3. Nos termos do art. 105, III, c, da Constituição Federal, é cabível a interposição de recurso especial quanto o acórdão recorrido 'der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal'. 4. 'Para que se caracterize o dissídio, faz-se necessária a demonstração analítica da existência de posições divergentes sobre a mesma questão de direito' (AgRg no Ag 512.399/RJ, Rel. Min. ELIANA CALMON, Segunda Turma, DJ 8/3/04). 5. Para demonstração da existência de similitude das questões de direito examinadas nos acórdãos confrontados '[é] imprescindível a indicação expressa do dispositivo de lei tido por violado para o conhecimento do recurso especial, quer tenha sido interposto pela alínea a quer pela c' (AgRg nos EREsp 382.756/SC, Rel. Min. LAURITA VAZ, Corte Especial, DJe 17/12/09). 6. Sem a expressa indicação do dispositivo de lei federal nas razões do recurso especial, a admissão deste pela alínea c do permissivo constitucional importará na aplicação, nesta Instância Especial, sem a necessária mitigação, dos princípios jura novit curia e da mihi factum dabo tibi ius, impondo aos em. Ministros deste Eg. Tribunal o ônus de, em primeiro lugar, de ofício, identificarem na petição recursal o dispositivo de lei federal acerca do qual supostamente houve divergência jurisprudencial. 7. A mitigação do mencionado pressuposto de admissibilidade do recurso especial iria de encontro aos princípios da ampla defesa e do contraditório, pois criaria para a parte recorrida dificuldades em apresentar suas contrarrazões, na medida em que não lhe seria possível identificar de forma clara, precisa e com a devida antecipação qual a tese insculpida no recurso especial. 6. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 1.346.588/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Corte Especial, DJe de 17.3.2014).

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO COM FULCRO NA ALÍNEA "C" DO ART. 105, III DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. FALTA DE PARTICULARIZAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284 DO STF. FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DO VERBETE 283 DA SÚMULA/STF. FRAUDE DE EXECUÇÃO. SÚMULA N. 375/STJ.

**1. A jurisprudência consolidada deste Superior Tribunal determina que na interposição do recurso especial pela alínea 'c' da Constituição Federal é preciso particularizar o dispositivo de lei federal violado para a análise da divergência jurisprudencial entre os acórdãos recorrido e paradigma. A falta desse pressuposto enseja deficiência na fundamentação e inviabiliza o conhecimento do apelo nobre, ante a incidência, por analogia, da Súmula n. 284 do STF.**

(...)

**4. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp 1.327.111/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe de 8.4.2019).**

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. CULPA DA PROMITENTE-VENDEDORA RECONHECIDA PELO TRIBUNAL A QUO. ACÓRDÃO ESTADUAL EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DEVOLUÇÃO INTEGRAL DOS VALORES PAGOS. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. QUANTUM NÃO EXORBITANTE. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.**

(...)

**2. O entendimento desta Corte Superior é de que a revisão do valor da indenização a título de danos morais em sede de recurso especial, via de regra, atrai a Súmula 7/STJ, a qual somente é relativizada quando fixada em valores exorbitantes ou irrisórios, o que não é o caso dos autos.**

**3. Para a caracterização do alegado dissídio jurisprudencial, deve o recorrente mencionar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, bem como deve indicar a lei federal a que foi atribuída interpretação divergente, sob pena de não serem atendidos os requisitos previstos no art. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e art. 255, § 2º, do RISTJ.**

**4. Agravo interno desprovido (AgInt no AREsp 1138430/AM, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe de 11.4.2019)**

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO COM FULCRO NA ALÍNEA "C" DO ART. 105, III DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. FALTA DE PARTICULARIZAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284 DO STF. FUNDAMENTO INATACADO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283 DO STF. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

(...)

2. A jurisprudência consolidada deste Superior Tribunal determina que na interposição do recurso especial pela alínea 'c' do permissivo constitucional é preciso particularizar o dispositivo de lei federal violado para a análise da divergência jurisprudencial entre os acórdãos recorrido e paradigma. A falta deste pressuposto recursal enseja deficiência na fundamentação e inviabiliza do conhecimento do apelo nobre, ante a incidência, por analogia, da Súmula 284 do STF, in verbis: 'É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia'.

3. 'Sem a expressa indicação do dispositivo de lei federal nas razões do recurso especial, a admissão deste pela alínea 'c' do permissivo constitucional importará na aplicação, nesta Instância Especial, sem a necessária mitigação, dos princípios jura novit curia e da mihi factum dabo tibi ius, impondo aos em. Ministros deste Eg. Tribunal o ônus de, em primeiro lugar, de ofício, identificarem na petição recursal o dispositivo de lei federal acerca do qual supostamente houve divergência jurisprudencial' (...) 'A mitigação do mencionado pressuposto de admissibilidade do recurso especial iria de encontro aos princípios da ampla defesa e do contraditório, pois criaria para a parte recorrida dificuldades em apresentar suas contrarrazões, na medida em que não lhe seria possível identificar de forma clara, precisa e com a devida antecipação qual a tese insculpida no recurso especial' (AgRg no REsp 1346588/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/12/2013, DJe 17/03/2014).

(...)

5. Agravo interno não provido (AgInt nos EDcl no AREsp 925.438/SP, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, DJe, 23.11.2016).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE REPARAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA LOCADORA PELOS DANOS CAUSADOS PELO CONDUTOR DO VEÍCULO ALUGADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 492 DO STF. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 284 DO STF, POR ANALOGIA. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO

*NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.*

*(...)*

*3. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que é imprescindível à demonstração do dissídio jurisprudencial a indicação clara e precisa dos dispositivos de lei federal em torno dos quais haveria a divergência, sob pena de inviabilizar a exata compreensão da controvérsia, atraindo a aplicação da Súmula nº 284 do STF.*

*(...)*

*5. Agravo interno não provido, com imposição de multa (AgInt no REsp 1735241/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe de 10.10.2018).*

Vale registrar que esta Corte de Justiça tem decidido, reiteradamente, que, para a correta demonstração da divergência jurisprudencial, deve haver o cotejo analítico, expondo-se as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, a fim de demonstrar a similitude fática entre os acórdãos impugnado e paradigma, bem como a existência de soluções jurídicas díspares, nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 2º, do RISTJ.

Na espécie, os recorrentes afirmam que o tribunal estadual, em dissonância com a jurisprudência desta Corte, "*fundamentou-se no entendimento de que o valor da indenização por danos morais deve se limitar ao núcleo familiar*" (fls. 1248/1249). A teor das razões recursais, "*tem-se, no caso do v. acórdão recorrido, o entendimento de que o valor da indenização por danos morais, fixado, nessas hipóteses, entre 300 e 500 salários mínimos, está limitado ao núcleo familiar, ao passo que o acórdão paradigma acolhe o entendimento de que o valor da indenização por danos morais, a ser arbitrada nos mesmos valores acima, se aplica a cada um dos membros do núcleo familiar*" (fl. 1251).

O tribunal *a quo*, considerando as peculiaridades do caso e atento aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, reduziu a reparação por danos morais fixada na sentença, de 500 para 250 salários mínimos (vigentes à data da sentença, fl. 1098, proferida em 2016), para cada autor (pai e mãe), conforme se destaca no acórdão recorrido:

*No que tange aos danos morais, evidentemente os fatos narrados*



*causaram aos autores danos capazes de causar intenso sofrimento aos requerentes, por longo período, não se confundindo os danos narrados com o mero aborrecimento da vida de relação. Com efeito, a morte prematura da filha dos autores, em tenra idade, causada por acidente que poderia ter sido evitado caso tivessem sido observados os cuidados mínimos com a manutenção dos brinquedos disponibilizados no Hotel em que a menor se encontrava, à evidência, causou danos psicológicos aos autores, que devem ser indenizados e dispensam comprovação, cuidando-se de hipótese em que configurados os danos morais in re ipsa.*

*(...)*

*No caso em tela, os danos morais foram verificados em relação aos pais da menor e devem ser indenizados observando-se a extensão e a duração do dano causado aos requerentes, assim como grau de culpa e a reprovabilidade da conduta da ré, observadas as condições financeiras do ofensor e do ofendido.*

*Verifica-se que o MM. Juiz a quo arbitrou a indenização por danos morais em 500 salários mínimos à genitora da menor e ao mesmo valor em favor do genitor da criança.*

*Não obstante, tem sido observado pelo E. Superior Tribunal de Justiça o patamar de 500 salários mínimos para o grupo familiar nos casos em que se verifica o falecimento de pessoa da família. Com efeito, embora não se admita a tariffação da indenização por danos morais, o E. Superior Tribunal de Justiça entende que é legítimo o estabelecimento de limites para a indenização, cumprindo consignar que há inúmeros julgados daquela Corte entendendo que o valor máximo, em regra, dos danos morais devidos em favor da família da vítima é de 500 salários mínimos, destinados à reparação do grupo familiar.*

*(...)*

*Nessa esteira, os danos morais arbitrados comportam reforma parcial, a fim de que sejam arbitrados em 250 salários mínimos para cada autor, totalizando a quantia de 500 salários mínimos para ambos os genitores, em observância ao entendimento predominante na jurisprudência do E. Superior Tribunal de Justiça (fls. 1087/1093).*

No paradigma colacionado (REsp 1.497.749/SP), todavia, não houve discussão a respeito de limitação do valor da indenização ao núcleo familiar. Na realidade, tratou de individualização da indenização por dano moral e dos valores a tal título fixados no caso examinado.

Com efeito, foi consignado no paradigma que "*a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento dos EREsp n. 1.127.913/RS, reconheceu que um evento danoso capaz de abalar o núcleo familiar deve ser individualmente considerado em relação a cada um de seus membros, uma vez que cada um dos integrantes daquele grupo mantém relação de afeto com a vítima direta do dano de forma individual e sofre individualmente seu dano, devendo ser por ele indenizado de maneira individualizada*". Além disso, tratou dos valores fixados para cada autor. Não se decidiu a respeito da limitação do *quantum* indenizatório por grupo familiar.

Ademais, no caso dos autos, a Corte de origem não deixou de observar o critério da individualização, considerando que a indenização foi arbitrada em 250 salários mínimos para cada autor.

Nesse contexto, não foi demonstrado o dissídio jurisprudencial.

Por fim, sustentam os recorrentes que "*os ônus da sucumbência devem ser totalmente carreados ao réu*", argumentando que (a) "*os autores tiveram provido em seu todo o pedido de indenização por danos morais, inclusive porque, nos termos da Súmula 326/STJ, a redução do valor da indenização não importa em parcial decaimento do pedido*" (fl. 1253); (b) "*a rejeição do pedido de custeio de projeto social não importou em decaimento dos autores em sua pretensão, já que integralmente acolhido o pedido de indenização por danos morais, apenas não na forma preferencialmente pretendida*" (fl. 1254); (c) "*os autores tiveram rejeitado, portanto, apenas parte do pedido de indenização por danos materiais, consistente na pensão pela morte de sua pequena filha a que o réu deveria ser condenado*" (fl. 1254).

Consoante entendimento desta Corte, a indenização por danos morais e materiais fixada em montante inferior ao pedido não configura sucumbência recíproca, pois o montante deduzido na petição inicial é meramente estimativo.

Todavia, cumpre registrar a orientação jurisprudencial deste Tribunal no sentido de que a revisão dos critérios e do percentual relativo à sucumbência demanda reexame de matéria fático-probatória, insuscetível de reapreciação em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).

Na espécie, os autores pleitearam *"a reparação dos danos morais, consistente em custeio de programa social a ser implementado, ou, alternativamente, em 500 salários mínimos franceses, para cada autor"* e *"a indenização dos danos materiais, especificamente **pensionamento**, durante a vida dos autores, no patamar inicial de R\$ 2.989,33, desde quando a de cujus completaria 14 anos e R\$ 1.494,66, a partir do aniversário de 25 anos, e custeio dos gastos com a viagem dos outros filho do autor JEAN-JACQUES, para acompanhar o funeral"* (fl. 959).

A instância ordinária indeferiu os pedido de indenização relativa à constituição do projeto social e de pensão por morte, e, em razão disso, concluiu pela ocorrência de sucumbência recíproca, considerando que os autores decaíram em relação à parte substancial do pedido.

Destaca-se no acórdão recorrido:

*A sucumbência na ação principal deve ser partilhada, igualmente, pelos autores e pela parte requerida, devendo cada parte arcar com o pagamento das custas e das despesas processuais que adiantou, assim como com os honorários da parte contrária, que ficam arbitrados em 10% do valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º e §11 do Código de Processo Civil. Embora a requerida tenha dado causa ao ajuizamento da demanda, os pedidos formulados pelos autores foram providos somente em parte, não se mostrando possível o custeio da sucumbência integral pela ré, devendo ser observada a natureza dos honorários advocatícios, que tem como escopo remunerar o trabalho desenvolvido pelo patrono da parte* (fl. 1094).

*Com efeito, o v. acórdão embargado [...] destacou que no caso concreto se faz necessária a partilha da sucumbência, considerando que os autores decaíram em relação à parte substancial do pedido, tendo havido o afastamento do pedido de condenação dos requeridos ao custeio de projeto social, não se mostrando possível o custeio da verba honorária de forma integral pela parte ré* (fls. 1321/1322).

Nesse contexto, a modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).

Confiram-se, a propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA RECONHECIDA. GRAU DE DECAIMENTO. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula 7 do STJ).

2. No caso concreto, o Tribunal de origem, com base na análise de fatos e provas, considerou ter havido sucumbência recíproca. Alterar esse entendimento demandaria o reexame das peculiaridades do processo, o que é vedado em recurso especial.

3. A incidência da referida súmula também obsta o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, consoante a jurisprudência desta Corte.

4. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp 1.330.386/SP, Rel. Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, DJe de 16.4.2019).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. MORTE DA VÍTIMA. CULPA E NEXO CAUSAL. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. PENSÃO MENSAL DEVIDA AO FILHO. DIREITO DE ACRESCEER. DESPESAS DE FUNERAL. COMPROVAÇÃO. DESNECESSIDADE. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. CONFIGURAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS, SEM ALTERAÇÃO NO RESULTADO DO JULGAMENTO.

(...)

4. A sucumbência recíproca ou em parte mínima, estabelecida pelo Tribunal de origem, envolve contexto fático-probatório, cuja análise e revisão revelam-se interditas a esta Corte Superior, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ.

5. Embargos de declaração acolhidos, sem alteração no resultado do julgamento (EDcl no AgRg no AREsp 151072/SP, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, DJe, 11.9.2018).

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. INTERESSE DE AGIR JÁ RECONHECIDO NA ORIGEM. DANOS MORAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. RAZÕES RECURSAIS

**DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO JULGADO ATACADO. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 283 E 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. DECAIMENTO MÍNIMO. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

*1. Não há interesse recursal no tocante à discussão sobre o interesse de agir, visto que a existência da referida condição da ação já fora reconhecida na origem.*

*2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que, inexistindo ato restritivo de crédito, a mera cobrança de valores por serviços não contratados não gera, por si só, danos morais indenizáveis.*

*3. É inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando as razões do recurso estão dissociadas do decidido no acórdão recorrido. Aplicação da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.*

*4. "A sucumbência recíproca ou em parte mínima, estabelecida pelo Tribunal de origem, envolve contexto fático-probatório, cuja análise e revisão revelam-se interditas a esta Corte Superior, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ." (EDcl no AgRg no AREsp 151072/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe de 11/09/2018).*

*5. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no REsp 1.251.544/RS, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, DJe de 21.6.2019).*

Como visto, a instância ordinária, concluiu que as partes decaíram de parte de suas pretensões, reconhecendo, por isso, a sucumbência recíproca.

Ante o exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 18 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**  
Relator